

ANALISE DOS DISCURSOS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: MANUTENÇÃO E/OU ROMPIMENTO?

MIRANDA, Sandra Maíra Souza¹.

INTRODUÇÃO

A história da educação profissional brasileira foi/é narrada de forma cronológica, como um discurso político e pedagógico, transmitindo um sentido unívoco, de unidade e sem “brechas” para outras interpretações e/ou contestações. Entretanto, ao ser analisado de modo mais crítico percebe-se que é um discurso lacunar e que no decorrer da análise existem muitas desconstruções que indicam apagamento da memória da história do nosso país e processos de continuidade com o pensamento colonial.

O marco legal da educação profissional no Brasil foi em 23 de setembro de 1909, quando o presidente Nilo Peçanha assina o Decreto nº 7.566, criando, inicialmente em diferentes unidades federativas, sob a jurisdição do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, dezenove Escolas de Aprendizes Artífices (EAA), destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito (BRASIL/MEC, 2010). A criação da EAA é considerada o marco histórico-legal para o “início” da história da educação profissional, pois, a partir daí é iniciada a narrativa política -histórica no país. Entretanto, ao observar a história é percebido que a educação profissional tem início muito antes dos marcos regulatórios estabelecidos pelas leis e decretos, sendo assim, é preciso resgatar a memória da relação de trabalho no Brasil.

Assim, desde o início da colonização, as relações de trabalho já foram estabelecidas, pois aos seres humanos escravizados eram destinados o trabalho de carpinteiros, ferreiros, pedreiros, tecelões e outros trabalhos mais “pesados”, estes eram trabalhos normalmente voltados à construção, lavoura, manufatura e artesanato. Como consequência disso, os trabalhadores “livres” se afugentavam dessas atividades, pois queriam a todo custo se diferenciar dos escravizados, para assim, não deixar dúvidas quanto a sua própria condição (CUNHA, 2000). Percebe-se então, a base e/ou origem do preconceito contra o trabalho manual brasileiro e as distinções do trabalho. Pois, o trabalho manual pesado e “sujo” era destinado aos escravizados, mas havia, ao mesmo tempo, outras atividades manuais que não possuíam a mesma classificação, esses trabalhos eram destinados aos “livres”.

¹ Sandra Maíra Souza Miranda. Mestre em Educação (UESB) e Professora do IFBA Brumado – BA. E-mail: sandramaira@ifba.edu.br <<http://lattes.cnpq.br/8348013934855960>>

Entende-se que a nossa sociedade estabeleceu, desde os tempos coloniais a diferenciação entre os tipos de trabalhos, uma vez que, a partir das atividades desenvolvidas poderia ser observado o grau de instrução, a classe social e o prestígio desse trabalhador.

Dessa forma, o objetivo desta pesquisa é analisar a história da educação profissional brasileira desde o seu “surgimento”, a partir dos discursos e narrativas da formação para o trabalho no país, da perspectiva cronológica narrada pelos documentos políticos e pedagógicos, mas também, analisando esses discursos na busca de interpretações outras, de falhas e/ou processos de continuidades com o imaginário de trabalho no Brasil estabelecidos desde o Brasil Colônia. Desse modo, surgem alguns questionamentos, como: A educação profissional já tinha um público pré-estabelecido? Se sim, a quem era predestinada? Este sujeito-aluno poderia pensar na sua vocação ou já estava pré-estabelecida a partir da sua condição social? A educação profissional possui como objetivo a emancipação do sujeito ou a continuação de novas gerações para trabalhadores da indústria? Caso o objetivo fosse a manutenção das classes, quem de fato, se beneficia com a educação profissional? A quem era destinada a educação profissional, ao sujeito-aluno ou as indústrias? E, por fim, qual a relação entre o trabalho no Brasil Colônia com a Educação profissional? houve rupturas ou continuidades?

Portanto, faz-se necessário a análise dos discursos e narrativas a partir da Análise do Discurso (AD) Pechûtiana e do paradigma indiciário de Ginzburg para encontrar os descurváveis, os implícitos e o não dito que está contido nas narrativas históricas e políticas. A partir disso, será percebido que todo discurso é um discurso político conforme Pêcheux (1975) e que possui a intenção de gerar uma única interpretação.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção serão apresentadas, uma análise histórica das relações de trabalho no Brasil a partir do período colonial com a divisões e demarcações de trabalhos – para homens escravizados e para os livres – além disso, será apresentada a narrativa histórica e política, com seus marcos legais e legislações descrevendo e discutindo como se deu a oferta para a formação/qualificação dos estudantes/trabalhadores da educação profissional no país. O intuito dessa exposição é ampliar o entendimento sobre o objetivo proposto por esse artigo e embasar teoricamente a análise dos resultados.

Análise histórica: Relação de educação e trabalho no Brasil

A retrospectiva histórica que será apresentada é importante para compreender o “surgimento” da educação profissional, pois antes dos marcos regulatórios estabelecidos pelas

Leis e decretos existe uma memória que precisa ser resgatada, a memória da relação de trabalho no Brasil. Assim, desde o início da colonização as relações de trabalho já foram estabelecidas, pois aos escravizados eram destinados os trabalhos mais duros, ao passo que, os trabalhadores “livres” tentavam se afugentar dessas atividades pois, queriam a todo custo se diferenciar, para que não deixasse dúvidas quanto a sua própria condição (CUNHA, 2000).

Para Silva Sobrinho (2014) o mundo do trabalho, mais especificamente, da divisão e exploração da força do trabalho reflete continuamente no sistema escolar e nas políticas públicas educacionais brasileira, uma vez que, refutam a transformação social radical em nome do crescimento para “melhorar” o Brasil, por meio da reprodução de oportunidades “únicas” de qualificação profissional que acobertam as relações de exploração do trabalho. Essas oportunidades, muitas vezes, surgiam com o intuito de abrigar o pobre, o órfão e o desvalido em organizações voltadas as aprendizagens de ofícios.

Assim, em 1809 foi criado o Colégio das Fábricas, no Rio de Janeiro, com o intuito de abrigar os órfãos e ministrar um ensino mais prático, voltado a aprendizagem de ofícios. O padrão estabelecido era iniciar com o ensino de ofícios e posteriormente acrescentar o ensino das “primeiras letras”. Em seguida foram criadas instituições, como por exemplo as Casas de Educandos Artífices e o Asilo dos meninos desvalidos, que adotaram o modelo de aprendizagem de ofícios, nessas organizações eram concedidas as instruções primárias e algumas disciplinas especiais, eram ensinados um ofício, como por exemplo a tipografia, encadernação, alfaiataria, carpintaria, marcenaria, tornearia, entalhe, funilaria, ferraria, serralheria, sapataria entre outros.

A história do país avança e ainda no período Imperial é notada que as Instituições administradas pelo Estado eram voltadas para os desfavorecidos com a formação da força de trabalho manufatureira, mas, por outro lado, existia as instituições particulares destinadas ao aperfeiçoamento dos trabalhadores “livres”. As iniciativas educacionais para o trabalho visavam obter uma força de trabalho qualificada, motivada e ordeira. (CUNHA, 2000)

Mesmo no início (1889) do período republicano a educação continua representada pela dualidade da sociedade brasileira, baseada na desigualdade de distribuição de renda, bem como, de conhecimento. Assim, segundo Romanelli (1988, p.41):

Se oficializava a distância que se mostrava na prática, entre educação da classe dominante (escolas secundárias e superiores) e a educação do povo

(escola primária e profissional). Refletia essa situação que era o próprio retrato da organização social brasileira.

É importante estar atento as diferenças dos objetivos da educação ofertada pelo Brasil, além de observar quem são os sujeitos/estudantes da mesma. Conforme Nunes (2009, p.2):

Aqui, faz-se necessário fazer um balanço histórico para melhor entender o processo educacional brasileiro no tocante a suas duas vertentes, muito evidentes e bem definidas ao longo dos anos: o academicismo, proposta para aqueles que têm as condições históricas de ingresso no ensino superior; e a profissionalizante, voltada para aqueles por quem o mercado de trabalho aguarda.

Assim, ainda conforme Nunes (2009), ao analisar especificamente como se deu a relação entre educação e trabalho no Brasil, vai se perceber que tal relação tem sido compreendida a partir da ótica da divisão social e técnica do trabalho, que resulta na construção de um sistema educacional marcado pela dualidade estrutural: a educação articulada ao trabalho se estrutura como um sistema diferenciado e paralelo do sistema de ensino regular.

Surgimento da Educação Profissional: Contexto Político e Histórico

Em 1909 foi assinado o Decreto nº 7.566, criando as Escolas de Aprendizizes Artífices (EAA), destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito. A primeira Constituição que tratou especificamente do ensino técnico, profissional e industrial foi, a Constituição Federal de 10 de novembro de 1937. E em 1942, surgiram as Escolas Industriais e Técnicas (BRASIL/MEC 2008).

Em 1971 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB, nº. 5.692 torna técnico-profissional, todo currículo do segundo grau. No ano de 1978, três escolas industriais e técnicas transformam-se em Centros Federais de Educação Tecnológica, surgindo os CEFETs, esta mudança confere àquelas instituições mais uma atribuição, formar engenheiros de operação e tecnólogos. Dessa forma, a Rede Federal de Educação Profissional foi adquirindo sua configuração, ao longo da história da educação nacional (OTRANTTO, 2009).

Em 2005, ocorre o lançamento da primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e em 29 de dezembro de 2008, foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IF, com a publicação da Lei nº 11.892/08 de 29 de dezembro de 2008, sancionado pelo, então presidente da república, o senhor Luiz Inácio Lula da Silva. A transição do CEFET para o IF surge como uma nova perspectiva de redimensionamento do perfil institucional da Rede Federal de Educação Profissional (BRASIL/MEC, 2010).

Quadro 01 – História da Rede Federal de Educação Profissional no Brasil

ANO	1909	1942	1959	1978	1993	2008
NOME	Escola de Aprendizizes Artífices	Escola Industrial e Técnica	Escola Técnica Federal	Centro Federal de Educação Tecnológica	Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
DISCURSOS E NARRATIVAS	Ensino Profissional Primário com a promoção do ensino prático industrial, agrícola e comercial.	Ensino de nível médio, com estágio na Indústria.	Autonomia Didática e de gestão. Formação técnica, mão de obra para Aceleração da indústria no país.	Formar Engenheiros de Operação e Tecnólogos.	Formar engenheiros de Operação e Tecnólogos. Formação técnico-profissional.	Formação do cidadão histórico-crítico oferecendo ensino, pesquisa e extensão.

Fonte: Própria (2020).

O quadro 1, acima, têm o objetivo de resumir a história da educação profissional no país, a partir dos marcos regulatórios e legais, bem como, entender quais foram os principais discursos e narrativas veiculados na construção da história da educação profissional brasileira.

Análise dos Discursos e Narrativas nos documentos legais

Compreender o discurso, na perspectiva da Análise do Discurso (AD) é de extrema importância para compreensão desta pesquisa, pois analisará os indícios e pormenores a partir artigos da Constituição Federal de 1937 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1971. Como a AD busca compreender o contexto histórico, social e ideológico presentes na produção dos discursos é considerado o que se diz, os modos como se diz em um discurso e o que se diz em outro, e, também, o que não se diz: o não dito, através de um trabalho contínuo de interpretação. (ORLANDI, 2012)

De tal modo, a interpretação de acordo com Pêcheux (1994) só é possível pois há a relação de ligação, de transferência ou de identificação com o Outro nas sociedades e na história. Essa relação permite que as “filiações históricas possam se organizar em memórias e as relações sociais em redes de significantes” (PÊCHEUX, 1994, p. 54). Dessa forma, para AD o sentido de determinada palavra/expressão depende da análise de como ela está empregada, não se trata, apenas, do sentido enquanto entendimento, tradução e/ou racionalização, mas de

sentido como efeito/produção do enunciado, o que não descarta, integralmente, o entendimento originário desse efeito.

Desse modo, a pesquisa em questão, busca investigar a história da educação profissional brasileira desde o seu “surgimento”, a partir discursos e narrativas da formação para o trabalho no país. Para tanto não basta apenas analisar os textos que estão presente nos documentos do *corpus* desta pesquisa, vai além disso, é preciso compreender a história da educação profissional.

METODOLOGIA

Optar pela Análise do Discurso como percurso teórico-metodológico é desafiador e instigante, pois exige, aos que fazem essa opção, um processo de desconstrução permanente de conceitos e práticas já ditas e/ou já estabelecidas, além de provocar reflexão e criticidade. Para a AD não existe divisão entre teoria e análise, visto que elas são realizadas em um processo contínuo de retorno a teoria. É neste procedimento do objeto de análise para a teoria que é possibilitado ao analista tecer “as intrincadas relações do discurso, da língua, do sujeito, dos sentidos articulando ideologia e inconsciente” (ORLANDI, 2009, p.80).

O analista de discurso define o objeto de estudo como “unidade complexa de significação, consideradas as condições de sua produção” (ORLANDI, 2012, p. 28). Assim, este objeto é considerado como uma unidade de significação que é composta pelos elementos do contexto situacional, deste modo, é apresentado como o objeto analítico e o discurso como o objeto teórico (ORLANDI, 2012).

A Análise do Discurso surgiu na França em meados de 1960, em meio a um cenário de crise e protestos. Estudantes reivindicavam contra a rigidez do sistema educacional nas universidades de Nanterre e Sorbonne, além de lutarem por mudanças política. Em meados da década de 60, Pêcheux escreve quatros artigos, publicados em revistas de divulgação científica e são dedicados à apresentação de uma teoria do discurso e de um dispositivo instrumental de análise do discurso (NARZETTI, 2008).

Filósofo de formação, Michel Pêcheux era fascinado pelas máquinas, pelas ferramentas, pelos instrumentos e pelas técnicas. Isso fez com que o pensador visasse a uma transformação da prática nas ciências sociais, desejando uma prática verdadeiramente científica (MAZZOLA, 2009). Desse modo a AD é um trabalho de Interrogação-Negação-Desconstrução das noções

postas em jogo, são as diferentes formas da heterogeneidade no discurso. Discurso de um outro colocado em cena pelo sujeito ou discurso do sujeito se colocando em cena como um outro (PÊCHEUX, 1993).

É nesse sentido que Pêcheux (1993, p.82) define discurso como “[...] efeito de sentidos entre interlocutores”, isto é, o discurso para a AD não corresponde à noção de fala, ele é um “objeto histórico-social, cuja especificidade está em sua materialidade, que é linguística” (ORLANDI, 2012, p. 21).

Dessa forma, será utilizado o paradigma indiciário de Ginzburg (1989), que trata do gesto mais antigo do gênero humano, o caçador agachado na lama que escuta pistas da presa. Para Ginzburg (1989) por milênios o homem foi caçador, aprendeu a farejar, registrar e interpretar pistas e a fazer operações mentais complexas. Assim nessa pesquisa buscar-se-á os pormenores, aparentemente negligenciáveis pudessem revelar fenômenos profundos de notável alcance. Assim, o trabalho do analista consiste na escolha da Formação Discursiva - FD, na delimitação do *corpus*, seleção e reunião de um conjunto de textos, e na apresentação dos recortes, trechos que representam um momento do processo discursivo, apresentando a materialidade discursiva e a profundidade do processo de análise (CHARAUDEAU; MAINGUENAU, 2004). Dessa forma, o *corpus* desta pesquisa é constituído pela análise documental de artigos da Constituição Federal de 1937 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1971.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira Constituição que tratou especificamente do ensino técnico, profissional e industrial foi, a Constituição Federal (CF) de 10 de novembro de 1937, é possível perceber nela indícios e pormenores a partir da análise do artigo 129 desta CF. Assim, este artigo será apresentado como o primeiro recorte R1, seguindo a ordem numérica crescente a cada recorte que será apresentado e analisado neste texto:

R1 - O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. **É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados.** A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público. (Artº 129, 1º – 3º / Griffo do autor)

Considerando que o texto possui marcas e pistas que acionam a memória discursiva remetendo ao “já dito”, o artigo acima faz funcionar o imaginário que foi construído ao longo do tempo no Brasil e reforça as marcas já estipuladas das relações do trabalho no país. Assim, conforme os pressupostos pechêuticos, percebe-se nos enunciados grifados acima, no primeiro grifo, uma evidência de identidade desse sujeito-aluno que impõe uma marca ideológica: o sujeito-aluno que é de classe menos favorecida é o sujeito da educação profissional. O termo usado “pré-vocacional” indica que encontrar uma vocação e trabalhar nela não é possível para esses indivíduos, pois para estes não é destinado o direito de ter e/ou exercer uma vocação, essa análise remete-se ao período colonial e imperial no Brasil, pois cabia ao governo decidir como seriam estabelecidas as divisões de trabalho, cabendo sempre aos negros, órfãos e aos pobres os ofícios duros e pesados.

A análise segue com o destaque para “destinado às classes menos favorecidas”, nesta frase percebe-se que a educação profissional é para uma parcela sociedade, a parcela pobre.

Desse modo, é analisado no segundo grifo e apresentado como “dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados”; assim, é retomada a ideia do “pré-vocacional”, uma vez que as escolas serão criadas a partir das especialidades das organizações citadas, é percebido, de forma implícita o interesse do Estado em manter a dominação, pois a intenção é de que ocorra manutenção da classe operária a partir das gerações, uma vez que, essa educação é “destinada aos filhos de seus operários”. Sendo assim, emergem alguns questionamentos, como: Qual o interesse do Estado em investir em uma educação que não emancipa o sujeito-aluno? Por que é relevante ao Estado manter as futuras de gerações de operários como operários? Será que ocorre a reflexão da universalização de dominação?

Portanto, pode-se problematizar neste primeiro momento que o sujeito-aluno da educação profissional são os desfavorecidos de fortuna, que existe uma educação destinada especificamente para eles e que é do interesse do Estado regular e manter as divisões de classe e de trabalho. Pois, para Silva Sobrinho (2014, p. 54) A manutenção da posição ideológica predominante, dos interesses das classes dominantes e no poder do estado “produzem efeito/trabalho no fazer científico, fazendo a ciência ser ‘fomentada’, ou ainda, ‘apropriada’ pela propriedade privada e direcionada, cada vez mais estreitamente, aos interesses do capital”.

Para concluir a análise do R1 e ponderar sobre as questões que foram levantadas, percebe-se que no discurso analisado da CF de 1937 o aluno da educação profissional já tinha um “destino”, pois o lugar e as condições que ele vivia já pré-determinavam o seu futuro. Com a diferenciação dos ensinamentos oferecidos é intuído que existem lugares diferentes, o lugar dos desafortunados e o lugar dos favorecidos e que a educação profissional é destinada a esses.

Em 1971 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB, nº. 5.692 torna técnico-profissional todo currículo do segundo grau, essa reestruturação substituiu o caráter acadêmico pela formação profissional já no 2º grau. Também é percebido nesta lei que a formação técnica ofertada pela escola precisa estar em consonância com as necessidades das empresas para o desenvolvimento local, como consta no Recorte 2 deste trabalho, nos Artº. 5 e Artº. 6:

R-2 Art.º 5, § 2º A parte de formação especial de currículo:

a) Terá o objetivo de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, no ensino de 1º grau, e de habilitação profissional, no ensino de 2º grau;

b) Será fixada, quando se destina a iniciação e habilitação profissional, em **consonância com as necessidades do mercado de trabalho local ou regional, à vista de levantamentos periodicamente renovados.**

Art. 6º As habilitações profissionais poderão ser realizadas em regime de cooperação com as empresas. Parágrafo único. **O estágio não acarretará para as empresas nenhum vínculo de emprego, mesmo que se remunere o aluno estagiário, e suas obrigações serão apenas as especificadas no convênio feito com o estabelecimento.** (Lei 5.692/71, Artº. 5 §2 e Artº.6 § único/ Grifo do autor)

Dessa forma, uma nova configuração da relação entre educação e trabalho passa a vigorar, em que a escola responde pela formação profissional de todos os alunos do 2º grau, independente da sua classe social. Assim, os sentidos de uma educação para suprir as demandas das empresas permanecem, posto que as necessidades do mundo de trabalho serão sempre (re) avaliadas para que a educação sempre acompanhe essas mudanças e se “renove”. Outro indício bem evidente da formação exclusiva para o trabalho está no art. 6 quando se registra a “cooperação” das empresas na modalidade de estágio e a desobrigação dela com os direitos trabalhistas destes estudantes, uma vez que a lei de estágio que vigorava na época não assegurava ao estagiário nem uma carga-horária mínima e nenhuma forma de responsabilização das empresas para com estes estudantes.

Conforme Colombo e Balão (2014, p.175):

É válido ressaltar que a Lei nº 5.692/71 (LDB), que fixou as diretrizes e bases da educação, impôs a profissionalização a toda escola secundária nacional, evidenciando a necessidade do estágio como elemento complementar à formação do educando. Mas, tudo de forma antidemocrática, burocratizada, sem o protagonismo da escola e menos ainda da comunidade escolar (pais, trabalhadores e empresários). A LDB permitia a improvisação para o cumprimento legal desta complementação de formação, resultando em trabalho precário, pois o foco da oferta competia “à unidade interessada no estágio, em articulação” com as instituições educacionais. O foco continuava a ser o do interesse do setor produtivo (empresas).

Para Nunes (2009) após a implementação da Lei 5.692/71, o que ocorreu na prática foi que pouca coisa – ou nada – mudou. As condições desiguais de acesso à escola, a falta de vontade política, a falta de professores, as dificuldades metodológicas de articulação entre teoria e prática, o desinteresse do capital em ampliar e regulamentar as carreiras de nível técnico permaneceram. Assim, continuaram a existir vários tipos de escola de 2º grau, com distintos níveis de qualidade. As escolas da burguesia escondiam seu caráter propedêutico, sob uma falsa proposta profissionalizante. (NUNES, 2009)

Entretanto foi percebido que o mercado de trabalho não tinha condições e tampouco necessidade de tanta mão-de-obra de nível médio, muitos técnicos formados passaram a formar os bolsões da pobreza. Dessa forma, o MEC percebe a limitação concreta não prevista pela legislação, e decreta o Parecer 76/75 do Conselho Federal de Educação que visava à recolocação teórica do sentido da escolarização em nível de 2º grau, deslocando-o do dualismo entre educação geral e formação especial e reafirmando o seu caráter complementar. (NUNES, 2009)

E para finalizar a análise do R2 é importante observar que ao desobrigar o ensino médio do oferecimento de uma formação profissional, coube a educação profissional a responsabilidade, de articular e monitorar as tendências econômicas e tecnológicas para determinar a oferta de cursos e definir seus currículos. Dessa forma, é evidenciado a continuação de uma ruptura outrora estabelecida com a dimensão humana do educando, posto que ele, enquanto sujeito em formação, continua sem o direito de conduzir sua formação profissional de acordo com seus desejos e aspirações pessoais, mas continua sujeito aos ditames do mercado produtivo. E conforme Nunes (2009), o estudante da educação profissional não define a profissão que quer exercer, esta escolha continua a cargo do setor produtivo.

CONCLUSÕES

O presente artigo teve por objetivo, analisar a história da educação profissional brasileira desde o seu “surgimento”, a partir dos discursos narrados pelos documentos políticos e pedagógicos, mas também, analisando esses discursos na busca de interpretações outras, de falhas e/ou processos de continuidades com o imaginário de trabalho no Brasil estabelecidos desde o Brasil Colônia. Para tal, foi escolhida a Análise do Discurso (AD) de Pêchex, buscando o não-dito e os descuráveis em cada recorte apresentado, analisando os discursos que foram transmitidos. Para AD todo discurso é um discurso político, dessa forma, os discursos e narrativas produzidos pela história brasileira atua de forma a produzir um sentido unívoco e linear da educação profissional e busca silenciar e/ou apagar os preconceitos determinados pela história do país.

Baseado no que já foi abordado, entende-se que os recortes supracitados evidenciam a existência de duas educações no país, a dos ricos e abastados que possuem o direito de escolha e a educação do pobre que já é determinada pelas demandas do mercado, esta é a educação profissional.

Por este modo, o objetivo proposto, foi alcançado. Assim, esta pesquisa sinaliza que existiu a legalização das diferenças da educação ao longo da história do país. Para a AD essas falhas indicam uma conservação de sentido da educação técnico-profissional, pois o sujeito não é “dono” do seu dizer, indicando a manutenção e reprodução de outros discursos dentro destes recortes. Além disso, percebe-se uma tentativa de apagamento da história de diferenciação da educação a partir da equiparação dos curriculares, tornando todos profissionalizantes, entretanto foram encontradas as falhas e apagamentos nos discursos oficiais/legais.

REFERÊNCIAS

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **CRIAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**. Ano 2008, Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/institucional/historico/memorial/historia-doifbaorico_educacao_profissional.pdf> . Acesso em 28/06/2022.

BRASIL/CONSTITUIÇÃO FEDERAL de 10 de novembro de 1937. **CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL** . Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em 20/05/2021.

BRASIL/LEI 5.692 de 11 de agosto 1971. **LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**. Disponível: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em 03/06/2022.

BRASIL. Leis, Decretos. Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909. **Criação das Escolas de Aprendizes Artífices**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>.

CHARAUDEAU.P; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

COLOMBO. I.M.; BALÃO, C.M. **Histórico e aplicação da legislação de estágio no Brasil**. In.: Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 53, p. 171-186, jul./set. 2014. Editora UFPR, 2014.

CUNHA, L.A. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: Flacso, 2000.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais. Morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MAZZOLA, R. **Análise de Discurso: um campo de reformulações**. In: MILANEZ, Nilton; SANTOS, J. (orgs). **Análise de Discurso: sujeitos, lugares e olhares**. Araraquara: Claraluz, 2009. 7-17. E-book.

NARZETH, C. N. P. **Michael Pêcheux, Ciência, Ideologia e Análise do Discurso**. Artigo publicado na 1ª Jornada Internacional de Discurso – JIED. Universidade Estadual de Maringá – PR, 2008.

NUNES, Cláudio Pinto. **Breve Histórico da Formação/Qualificação do Trabalhador no Brasil**. In: Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas: história, sociedade e educação no Brasil, 8, 2009, Campinas, Anais... Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2009, p. 01-12.

ORLANDI, Eni.: **Por uma teoria discursiva da resistência do sujeito**. In. _____. **Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012, p. 213-236.

OTRANTO, Célia. **Criação e implantação dos IF's**. Revista RETTA (PPGEA/UFRRJ)- RJ, 2010. Disponível em <<http://www.celia.na-web.net/pasta1/trabalho19.htm>> Último acesso em 23/05/2022.

PÊCHEUX, MICHAEL,(1968). **Observações para uma Teoria Geral das Ideologias**. In: Rua 1. Campinas: Nudcri, Unicamp, 1994.

_____. **Análise de Discurso: três épocas**" retirado do livro In.: F. GADET & T. HAK. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3ed. Campinas/SP: Ed UNICAMP. [1993. 311-319](#).

ROMANELLI, O. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis – RJ: Vozes, 1988.

SILVA SOBRINHO, H. F. **Efeitos münchhausen políticos: oposições-disjunções e acobertamentos das contradições entre línguas, ciências e fronteiras**. In. Linguagem, sociedade, políticas / organizado por Eni P. Orlandi. – Pouso Alegre: UNIVÁS; Campinas: RG Editores, 2014.